UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Karine Cavalcante da Silva

**Os Caminhos da Ressocialização de Adolescentes Que Cometeram Atos Infracionais:
um estudo sobre as práticas pedagógicas utilizadas no CREAS de Belo Jardim - PE ao
trabalhar com Liberdade Assistida**

Caruaru

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Karine Cavalcante da Silva

Os Caminhos da Ressocialização de Adolescentes Que Cometeram Atos Infracionais: um estudo sobre as práticas pedagógicas utilizadas no CREAS de Belo Jardim - PE ao trabalhar com Liberdade Assistida

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (CAA), para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Dra. Ana Maria de Barros

Caruaru

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Karine Cavalcante da.

Os caminhos da ressocialização de adolescentes que cometeram atos infracionais: um estudo sobre as práticas pedagógicas utilizadas no CREAS de Belo Jardim - PE ao trabalhar com liberdade assistida / Karine Cavalcante da Silva. - Caruaru, 2022.

49

Orientador(a): Ana Maria de Barros

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Pedagogia - Licenciatura, 2022.

1. Medidas socioeducativas. 2. Pedagogia. 3. Liberdade assistida. I. Barros, Ana Maria de. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

KARINE CAVALCANTE DA SILVA

**OS CAMINHOS DA RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES QUE COMETERAM
ATOS INFRACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
UTILIZADAS NO CREAS DE BELO JARDIM - PE AO TRABALHAR COM LIBERDADE
ASSISTIDA**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal de Pernambuco
(CAA), para obtenção do título de
Licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado em: 19/05/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Maria de Barros (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ana Maria Tavares Duarte (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Ms. Risonete Rodrigues da Silva (Examinador Externo)
Autarquia Educacional do Belo Jardim / Faculdade do Belo Jardim

AGRADECIMENTOS

A finalização desse trabalho significa muito mais que o cumprimento de um componente curricular obrigatório, o caminho que percorri até a chegada desse momento foi pavimentado por pessoas a quem eu tenho imensa gratidão.

Agradeço primeiramente ao meu pai Antonio Matias da Silva, tudo o que eu sou e tudo o que eu tenho se deve aos seus sacrifícios e as suas lições, vivo e viverei tentando honrar o seu nome, obrigada por tudo.

Agradeço as minhas irmãs que me enchem de orgulho por serem quem são, Alice e Ana Clara, graças a elas eu nunca me sinto sozinha.

Agradeço aos meus avós, as minhas tias e os meus primos e primas por todo o apoio e por sempre acreditarem em mim, tenho muita sorte por ter uma família a quem posso recorrer nos meus piores momentos.

Agradeço aos meus melhores amigos, Ingrid e Anderson, meus companheiros nessa jornada acadêmica, sem vocês eu não teria chegado aqui. Obrigada por existirem, serem quem são e sobretudo por terem me acolhido.

Agradeço a todos os que compõem a Universidade Federal de Pernambuco – Campus Agreste, por me proporcionarem ter acesso à educação superior de qualidade, e a todos os amigos que contribuíram direta ou indiretamente para essa minha conquista, especialmente os meus professores, e em particular a minha orientadora Profa. Ana Maria de Barros.

Agradeço aos funcionários da prefeitura e aos funcionários do CREAS da cidade de Belo Jardim – PE por terem aceitado participar e contribuir do nosso trabalho de pesquisa.

Por fim, agradeço a minha mãe que está presente em todos os meus pensamentos e no meu coração. Mesmo sozinha sei que estás sempre perto de mim em momentos importantes como esse, eu te amo eternamente.

RESUMO

Este trabalho aborda as Práticas Pedagógicas utilizadas pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) do município de Belo Jardim – PE ao trabalhar com a medida Socioeducativa de Liberdade Assistida. Esta medida se direciona ao adolescente que praticou o ato infracional onde o Pedagogo, realizando um atendimento de caráter jurídico, se integra a uma equipe capacitada para possibilitar a ressocialização do adolescente no ambiente familiar e em grupos sociais. Dessa forma temos como questão problema e objetivo geral desta pesquisa entender e identificar quais as principais práticas pedagógicas utilizadas pelo CREAS de Belo Jardim – PE ao trabalhar com adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida visando a ressocialização dos jovens atendidos. A metodologia desta pesquisa está pautada no princípio da pesquisa qualitativa, bibliográfica, de campo e de natureza descritiva tendo como referencial teórico principal autores como Freire (1989) Foucault (1977), Malvasi (2013), Franco (2016) e Yokomiso (2013). Por fim, esse tema apresenta a escola e a educação como potencializadores da condição dos jovens como sujeitos de direitos e deveres, além de mostrar o educador como personagem fundamental para transformações sociais e lança luz acerca da necessidade de uma atenção dos cursos de formação superior referentes a formação dos educadores sociais que atuam em ambientes não escolares.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas; Pedagogia; Liberdade Assistida.

ABSTRACT

This work addresses the Pedagogical Practices used by the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in the municipality of Belo Jardim - PE when working with the Socio-educational measure of Assisted Freedom. This measure is aimed at the adolescent who committed the infraction where the Pedagogue, performing a legal service, integrates a team capable of enabling the resocialization of the adolescent in the family environment and in social groups. In this way, we have as the problem and general objective of this research to understand and identify the main pedagogical practices used by CREAS in Belo Jardim - PE when working with adolescents in compliance with Assisted Freedom aiming at the resocialization of young people served. The methodology of this research is based on the principle of qualitative, bibliographic, field and descriptive research, having as main theoretical reference authors such as Freire (1989) Foucault (1977), Malvasi (2013), Franco (2016) and Yokomiso (2013). Finally, this theme presents the school and education as potentiators of the condition of young people as subjects of rights and duties, in addition to showing the educator as a fundamental character for social transformations and sheds light on the need for attention of higher education courses related to the training of social educators who work in non-school environments.

Keywords: Socio-educational Measures; Pedagogy; Assisted Freedom.

LISTA DE SIGLAS

COMVIVA – Centro de Educação Popular Comunidade Viva

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LA – Liberdade Assistida

MEC – Ministério da Educação

MSE – Medida Socioeducativa

PE – Pernambuco

PIA – Plano Individual de Atendimento

PPP – Pesquisa e Prática Pedagógica

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	LIBERDADE ASSISTIDA, ESTADO E SOCIEDADE: A TRAJETÓRIA DE INCORPORAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	12
3	O ADOLESCENTE: PERFIL E TRAJETÓRIAS DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	17
4	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO	21
5	METODOLOGIA	27
5.1	Delimitação e local da pesquisa	28
5.2	Fontes de informação	28
5.3	Técnicas de coleta.....	28
5.4	Análise e sistematização dos dados	29
6	DESVELANDO A REALIDADE ESTUDADA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA	31
6.1	A liberdade assistida	32
6.2	O adolescente.....	36
6.3	As práticas pedagógicas	40
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

A ressocialização de menores de idade que cometeram algum tipo de infração é uma temática que vem levantando debates no âmbito público uma vez em está atrelada aos problemas de segurança pública que temos no Brasil. A aplicação de punições em adolescentes infratores é uma preocupação relativamente recente em nossa história brasileira e data do século XIX com a promulgação do primeiro Código Penal – Código Criminal do Império do Brasil, que fixava a imputabilidade plena aos 14 anos de idade e estabelecia um sistema biopsicológico para a punição de crianças na faixa etária de sete a quatorze anos que poderiam ser recolhidas e levadas às casas de correção caso fosse constatado que estas agiram com discernimento acerca dos seus atos ilícitos, podendo assim serem considerados relativamente imputáveis. O Código Penal de 1890 permaneceu com os mesmos princípios acerca da punição às crianças e adolescentes, contudo, estabeleceu inimputável penalmente o menor de até nove anos.

Contemporâneo ao estabelecimento dos primeiros Códigos Penais do Brasil estava também as discussões acerca do ser criança e o reconhecimento da necessidade da defesa desses indivíduos enquanto participantes da sociedade e conseqüentemente como seres de direito. Assim, esta pesquisa se justifica na importância de se pensar as práticas pedagógicas utilizadas como ferramentas de ressocialização de adolescentes infratores que estejam cumprindo medidas socioeducativas.

A constatação de que esses sujeitos estão em situação de vulnerabilidade social não é especulação ou uma tentativa de impor uma agenda que se pauta no esquecimento das vítimas e exaltação dos culpados, o Brasil é o país onde mais há presos no mundo, a violência urbana é um problema que se faz presente no âmbito social desde a constituição dessa sociedade enquanto nação o que nos faz pensar que as ações que o Estado escolheu e escolhe para executar quando se diz respeito ao trato para com os criminosos não vem dando resultado.

É preciso um sistema que ofereça uma nova oportunidade a esses indivíduos e que estes estejam munidos de ferramentas que os permitam construir uma vida digna e segura longe da criminalidade, onde esses indivíduos possam ser capazes de construir laços e formarem suas identidades e noções de pertencimento a grupos que não violem as regras das leis.

O pedagogo nesses cenários se depara com uma realidade completamente diferente da que ele vê na sala de aula e dentro dos muros da escola, uma realidade que não é visível explicitamente aos olhos, mas que ele percebe subliminarmente por meio do comportamento do aluno. O sujeito que sofre de vulnerabilidade social grita por ajuda de maneira silenciosa dentro do ambiente escolar. A prática tradicional do professor, com atividades, avaliações e notas, não é o suficiente para resgatar aquele aluno, é necessário uma prática diferente com um novo olhar para esses sujeitos. O que eu quero compreender através desta pesquisa é que práticas pedagógicas são essas, como elas são aplicadas e quais são os seus resultados concretos.

Em face das questões apresentadas, trazemos como questão central do nosso exercício de pesquisa a seguinte questão:

- Quais as principais práticas pedagógicas utilizadas pelo CREAS de Belo Jardim – PE ao trabalhar com adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida visando a ressocialização dos jovens atendidos?

Buscando responder nossa questão, tomamos enquanto objetivo geral da pesquisa:

- Identificar as principais práticas pedagógicas desenvolvidas pelo CREAS de Belo Jardim - PE ao trabalhar com Liberdade Assistida visando a ressocialização dos jovens atendidos

A critério de complementação, trazemos como objetivos específicos:

- Discutir as práticas pedagógicas utilizadas pelo CREAS de Belo Jardim - PE a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Caracterizar as condições da medida socioeducativa de Liberdade Assistida;
- Descrever o perfil dos adolescentes atendidos por organizações que trabalham com Liberdade Assistida.

Para isso, dividimos este trabalho em três categorias teóricas a fim de refletir acerca do papel das práticas pedagógicas no contexto de cumprimento de liberdade assistida, a primeira delas diz respeito às condições da medida socioeducativa de liberdade assistida aplicada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade de Belo Jardim onde buscamos discutir o conceito e os objetivos da LA de acordo com a legislação brasileira que também surge como foco de nossa problematização sobre o poder

do Estado sobre os indivíduos a fins de ressocializa-lo e reintegra-lo a sociedade quando este faz algo que fere o contrato social e é afastado o convívio com os demais integrantes da sociedade.

A segunda categoria teórica é referente a da descrição do perfil dos adolescentes atendidos por organizações que trabalham com Liberdade Assistida. A trajetória desses jovens em conflito com a lei e as suas relações com as suas famílias e comunidades ajudam a construir um diagnóstico da eficácia das medidas socioeducativas assim como problematizam as variáveis que levam esses adolescentes a cometerem os atos infracionais.

A terceira e última categoria diz respeito a Prática Pedagógica utilizada pelo CREAS de Belo Jardim para o atendimento dos adolescentes infratores, nesse sentido cremos como necessário discutir a epistemologia do conceito de prática e o que a faz pedagógica relacionando esses conceitos com o que é posto a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que diz respeito a educação de menores em conflito com a lei.

O interesse por essa temática surgiu através do contato com o COMVIVA na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP) em Movimentos Sociais, uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve um trabalho voltado para crianças e adolescentes em situação de risco ou/e em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida.

Penso que pesquisar sobre Liberdade Assistida é de relevância acadêmica uma vez em que as reflexões feitas lançam luz acerca da importância da ressocialização dos jovens infratores e de sua reinserção na sociedade através de medidas socioeducativas.

Por fim, a disposição por pesquisar sobre as práticas pedagógicas utilizadas pelos pedagogos em instituições que trabalham com Liberdade Assistida nos apresenta a escola e a educação como potencializadores da condição dos jovens como sujeitos de direitos e deveres, além de mostrar o educador como personagem fundamental para transformações sociais e lança luz acerca da necessidade de uma atenção dos cursos de formação superior referentes a formação dos educadores sociais que atuam em ambientes não escolares.

2 LIBERDADE ASSISTIDA, ESTADO E SOCIEDADE: A TRAJETÓRIA DE INCORPORAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da poria principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento.¹

Para a civilização moderna essa execução cruel no século XVIII pode parecer nada mais do que pura irracionalidade. Talvez seja interpretada apenas como consequência da ira de um monarca que estava tão irritado e emocionado que abusou de seu poder absoluto para vingar-se contra o criminoso. Foucault (1977), entretanto, discorda dessa assunção e argumenta que “o suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei (Foucault 1977, 36)”. Aqui, ele está dizendo que essa cena brutal não foi feita por oficiais leigos, ele está dizendo que foi cuidadosamente projetada para o aparato estatal.

Naquela época, o aparelho do Estado era equivalente ao poder absoluto do monarca. As execuções públicas eram usadas para manter a autoridade e não apenas para conscientizar as pessoas de que a menor ofensa era passível de punição, mas por despertar sentimentos de terror pelo espetáculo do poder deixando sua raiva cair sobre o culpado.

A verdade nesse cenário estava nas mãos daqueles que possuíam algum tipo de poder, não da observação científica objetiva. Isso é observado no fato de que o testemunho de pessoas com alta autoridade ou dinheiro, como padres e homens nobres, era tido como crível, enquanto o dos pobres era considerado sem sentido. Essa relação verdade-poder foi solidificada ainda mais pela tortura que é usada para extrair uma confissão, e essa confissão é então usada como prova do crime. Ao fazer isso, o rei forçava as pessoas a verem a conexão entre poder, tortura e verdade.

À medida que a sociedade mudou, também mudou a função da punição. O século XVIII viu o crescimento da capacidade produtiva devido à Revolução Industrial, e algumas

peças começaram a acumular fortunas. Isso mudou os crimes típicos da época, dos mais violentos e agressivos, como assassinatos, para os menos violentos, como os crimes contra o patrimônio, principalmente o roubo. Essa mudança criou a necessidade de uma instituição para proteger a propriedade.

Diante dessa mudança societária, os “reformadores”, os críticos do sistema de justiça tradicional, levantaram preocupações sobre a “excessiva natureza da punição”, especialmente “*um excesso que está ainda mais ligado a uma irregularidade que a um abuso do poder de punir (p. 99)*”. Era preocupante para eles pois tal irregularidade oferecia brechas para os ladrões. A razão para esta irregularidade era que havia muitas entidades judiciárias, cuja autoridade era conferida pelo monarca. Na maioria das vezes, sua jurisdição se sobrepunha, o que criava, ironicamente, as brechas. Isso significava que alguma delinquência não era punida e, mesmo que fosse, a severidade da punição era inconsistente devido às diferentes práticas entre as entidades. Isso era muito inconveniente para os ricos, que estavam começando a ter algo a perder.

Assim a elite e os reformadores defendiam um sistema judicial que pudesse punir vários crimes menores com eficiência e consistência. Isso marca uma mudança importante no papel da punição. Antes, a punição era principalmente para exibir o poder do monarca, mas após a mudança social, a punição tornou-se um meio de prevenir o crime.

Foucault (1977) em sua obra ainda aponta três características prisionais da sociedade moderna. Primeiro, cada um de nossos comportamentos é codificado como normal/legal ou anormal/ilegal. Todo comportamento está de acordo com esses conceitos binários, e somos monitorados por outros, bem como pela sociedade como um todo, para permanecermos obedientes dentro da norma. Em segundo lugar, não há como escapar desse monitoramento. A rede de monitoramento abrange todos os cantos da sociedade. Por fim, uma vez que os papéis da punição e da sociedade são tão semelhantes, nunca perceberemos verdadeiramente quanto poder punitivo reside na sociedade. De modo geral, Foucault (1977) conseguiu mostrar como funciona a sociedade moderna por meio da análise da transição histórica da punição em um nível incrivelmente profundo. Sua função é aniquilar a singularidade e a anormalidade individual, bem como forçar as pessoas ao que a sociedade considera normal. É um grande esquema destinado a nos tornar prisioneiros obedientes e produtivos cumprindo uma sentença sem fim.

Em suma, o desaparecimento dos suplicios no século XVIII põe fim a punição como sofrimento físico, assim o castigo passa de um arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Foucault (1977) dizia:

Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva. (p.150)

Paralelo as mudanças dos dogmas referentes a punição, o conceito de infância começa a surgir em meados do século XVII nas classes dominantes fruto das observações dos movimentos de dependência das crianças muito pequenas (NASCIMENTO, BRANCHER, OLIVEIRA, p.52, 2008). O adulto então passou a preocupar-se com a criança, enquanto ser dependente e fraco, surgindo assim a ideia de proteção e amparo como demandas da infância. As crianças, vistas apenas como seres biológicos, necessitavam de grandes cuidados e de uma rígida disciplina, a fim de transforma-las em adultos socialmente aceitos (LEVIN, 1997). Dessa forma, ao enxergar a criança e o adolescente como seres em desenvolvimento e suscetíveis à disciplina, passou-se a pensar em punições diferentes das aplicadas aos adultos no caso de descumprimento das leis e cometimento de crimes que feriam a ordem social.

No Brasil, já nas Ordenações Filipinas de 1603, no Livro V, Título CXXXV previa-se certa diferenciação em termos de pena para menores de 17 anos, e os entre 17 e 20 anos (SHECAIRA, 2015, p. 28). No Código Criminal do Império (1830) os menores de 14 anos eram inimputáveis (art. 10), porém, caso se demonstrasse seu discernimento, seriam imputáveis e recolhidos a Casas de Correção (art. 13); os maiores de 14 e menores de 17 contavam com penas mais brandas (arts. 34 e 35) e os maiores de 17 e menores de 21, a seu turno, recebiam atenuação na pena em razão da idade (art. 18, item 10). Não apenas as Casas de Correção mal saíram do papel (SHECAIRA, 2015, p. 30), como se convivia com a chamada “roda dos expostos”, sistema que chegou ao Brasil por volta do século XVIII e que, destinado ao acolhimento de crianças abandonadas pelos pais, representava na prática um grande infanticídio, com enormes índices de mortalidade infantil (DEL PRIORE, Mary, 2006)

Na República Velha, sob a égide do Código Penal de 1890, a imputabilidade penal foi reduzida para 9 anos de idade (art. 27, §1º); entre 9 e 14 anos a imputabilidade ficava

condicionada à presença do discernimento, determinando-se o recolhimento a estabelecimentos disciplinares industriais pelo tempo que o juiz achasse conveniente, desde que não ultrapassasse 17 anos (art. 27, §2º c/c art. 30); entre 14 e 17 anos, o código previa uma pena mais branda (art. 65), podendo já os maiores de 14 serem recolhidos a estabelecimentos industriais até os 21 anos (art. 399, §2º); e os maiores de 17 e menores de 21 faziam jus a uma atenuante (art. 65, §11).

Em 1927, de modo a dar tratamento específico aos jovens entre 14 e 18 anos, promulga-se o nosso primeiro Código de Menores e posteriormente, promulga-se o Código Penal de 1940, que mantém o limite etário em 18 anos. Rompendo com a antiga estrutura repressiva até então vigente, entra em vigor a doutrina da proteção integral, sendo de bom alvitre destacar que apesar de a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, o Brasil só efetivou a doutrina protecionista em 1988 com o surgimento da Constituição Federal, que trouxe pela primeira vez um dispositivo que dá direitos às crianças e adolescentes.

Além disso, em 13 de julho de 1990, entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente que estabeleceu normas protetivas que ganharam destaque em função da “condição peculiar de desenvolvimento”, alicerçadas pelo princípio do melhor interesse da criança. Assegurando à criança e ao adolescente todas as oportunidades, a fim de proporcionar um desenvolvimento físico, mental, moral, social e espiritual com liberdade e dignidade.

Dentre as mudanças jurídicas estabelecidas com o advento do ECA, fica estabelecido o ato infracional como sendo a conduta descrita como crime ou contravenção penal praticado por menores de dezoito anos, esses sujeitos são reconhecidos como penalmente inimputáveis e tem seus atos julgados conforme as medidas previstas no próprio estatuto.

O ECA possui medidas diferentes para crianças e adolescentes, para os atos infracionais praticados por crianças, as medidas previstas correspondem as do art.101:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou

psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII – acolhimento institucional; VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar; IX – colocação em família substituta. (BRASIL, 1990, p. 53)

No referente a adolescentes maiores de doze anos completos autores de atos infracionais verificados, cabe a aplicação das seguintes medidas:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (BRASIL, 1990, p. 59)

A aplicação destas medidas deve levar em conta uma série de fatores tais como as circunstâncias e a gravidade da infração bem como a capacidade do adolescente de a cumprir. A determinação das medidas previstas nos incisos II a IV do art. 112 necessitam da existência de provas suficientes da autoria da infração uma vez em que o ECA assegura que:

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. (BRASIL, 1990, p. 59)

Todavia o Estatuto da Criança e do Adolescente ser um modelo no qual o Brasil foi pioneiro ao estabelecer uma lei que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, a questão do menor em conflito com a lei e o sistema socioeducativo demonstra os resquícios da doutrina da situação irregular¹, ainda vigente na proteção integral. A atribuição da autoria do ato infracional gera frequentemente a desqualificação dos adolescentes, como se estes deixassem de ser sujeitos de direitos e perdessem o estatuto de cidadania. (CAMARGO, DA SILVA PRESTES, 2013) Nesse cenário ambíguo o que significa afinal reinserir o adolescente infrator na sociedade? Ou melhor, o que esses jovens entendem como conceito de viver em sociedade.

¹ (...) Com a chegada do século XIX, a parcela da população que antes não interessava ao Estado, passa a ter importância para a constituição da nação. Assim, crianças e adolescentes passam a serem vistos como seres flexíveis e passíveis de serem moldados. (...) Desse modo, torna-se perceptível que o segmento da infância pobre, definida como abandonada e delinquente, foi criminalizada neste período, onde o “menor” era sinônimo, enquanto “criança” era aquela proveniente de famílias ricas e com condições de ofertar educação aos seus filhos. (CAMARGO, PRESTES, 2013)

3 O ADOLESCENTE: PERFIL E TRAJETÓRIAS DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Com base nessas premissas, é que conceituamos a adolescência enquanto categoria fundamental deste estudo. A legislação brasileira, cabendo destaque especificamente para esses adolescentes é necessário primeiramente entender o que leva os jovens a cometerem atos infracionais.

Acreditamos que a base dessa situação é a desigualdade social, que leva os jovens a baixa educação, exclusão e violência. Nesse sentido, o conceito de exclusão encontra-se intrinsecamente vinculado à pobreza e à desigualdade por não propiciar a efetivação da cidadania, o acesso aos direitos e à participação social, bem como o usufruto dos bens e serviços produzidos pela sociedade. Graciani, (2014)

A exclusão perpassa o não acesso às condições dignas da vida humana no plano social, cultural, afetivo, econômico, etc. São os privados dos direitos fundamentais básicos da existência humana, como a habitação, a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, etc. (GRACIANI, p. 15)

Sendo assim, a pobreza, juntamente com a exclusão e a precariedade do ensino público se tornam condicionantes da violência urbana, que se manifesta de várias maneiras, inclusive interferindo fortemente no desenvolvimento dos jovens. No Brasil, a violência estrutural está principalmente associada à desigualdade socioeconômica onde as diferentes formas de violência são graves obstáculos ao pleno desenvolvimento dos adolescentes, pois é justamente nesse grupo que as manifestações da violência, como vítimas ou autores, provocam mais impacto (VIEIRA, 2011, p12-13).

Entretanto, a violência se apresenta com frequência igual ou superior em jovens das classes mais abastadas, o que nos leva a conclusão de que o desenvolvimento psicossocial do adolescente, sendo de classe baixa ou alta, é um fator de grande importância para a questão da violência, assim como para a propensão ao cometimento de atos infracionais.

A ausência de condições para a plena vivência da juventude pode ser considerada como mais um fator que possivelmente leva ao afastamento do ambiente escolar, a violência e ao cumprimento de medidas socioeducativas. Tendo o afastamento da escola, o contato constante com vários tipos de violência e a necessidade de trabalhar já desde cedo, seja para o sustento próprio ou para sustentar uma família sem pai ou mãe ou com muitos irmãos, o

jovem não tem espaço para ser jovem, levando a situações de estresse, tensão e até mesmo a possíveis traumas psicológicos. De acordo com Silva e Freitas (2006)

[...] parte da infância e da juventude desfruta de condições privilegiadas de realizar seu tempo de não ser adulto; parte da infância e da juventude não desfruta de nenhuma condição para realizar seu tempo de não ser adulto, a começar pela imposição do dever de acelerar o tempo para sobreviver. (SILVA E FREITAS, 2006, p .29)

O conjunto dessas condições, associado a um distanciamento cada vez maior do ambiente escolar, que não deixa de ser também uma consequência dos pontos citados, são entendidos como os principais fatores que levam o jovem ao cumprimento de medida socioeducativa. O Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) foi tipificado pela Resolução nº 109/09 do Conselho Nacional de Assistência Social como serviço de responsabilidade do CREAS.

O CREAS é uma unidade pública estatal de atendimento e referência para o acompanhamento especializado às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, assim como adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Segundo o relatório publicado pelo governo federal no ano de 2013 com o objetivo de divulgar informações acerca do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo e as Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE, a política de Assistência Social incorporou em suas ações, através do CREAS, o atendimento aos adolescentes em cumprimento das medidas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e de Liberdade Assistida (LA). De acordo com o Censo SUAS/CREAS, de 2012, de um total de 2.167 CREAS, 1.561 (72%) informaram ofertar o serviço de medida socioeducativa em Meio Aberto de LA e de PSC. Ainda de acordo com dados do Censo SUAS 2012 e do Levantamento Nacional de 2011, realizado pela SDH/PR, há um adolescente privado de liberdade para cada 4,5 cumprindo medida no meio aberto:

Em 2011, 79,53% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto eram do sexo masculino e 20,47% eram do sexo feminino. Segundo dados do “Panorama do atendimento de escolarização oferecido aos jovens infratores privados de liberdade segundo as informações declaradas ao Censo Escolar da Educação Básica” – do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação – INEP/MEC, 235 escolas atendem adolescentes em privação de liberdade. Com 3.361 alunas matriculadas e 11.755 alunos matriculados, elas registraram em 2012, um aumento de estudantes em relação aos anos anteriores. (BRASIL, 2013, p.14)

Yokomiso (2013) em seu trabalho sobre os impactos das dimensões familiares, comunitárias e institucionais em que os adolescentes infratores estão inseridos, na promoção e manutenção da violência afirma que alguns grupos de crianças são mais atingidos pela violência, devido à ausência ainda maior de proteção por parte da família, comunidade ou Estado, um desses grupos trata-se daquelas em conflito com a lei, e vem sido alvo de agressões de toda espécie, evidenciando o massacre da infância e adolescência.

Dentro deste contexto, se as crianças eram as principais vítimas da violência familiar, na comunidade os adolescentes se tornam o alvo predileto. O triste protagonismo dos pais e responsáveis na produção da violência cede espaço a pessoas ligadas às mais diversas esferas, como a escolar, religiosa, empregatícia, entre outros. A saída da infância e as primeiras experiências distantes dos pais, como as festas e a descoberta de seus próprios interesses, expõem os jovens a uma série de circunstâncias perigosas. Nos noticiários, são frequentes os casos de acidentes automotivos envolvendo adolescentes, brigas entre grupos rivais, abusos sexuais cometidos nos percursos entre casa e escola, além das novas configurações de agressões, como as praticadas no ambiente virtual. (YOKOMISO, 2013, p.49)

Yokomiso (2013) destaca ainda a questão do fascínio exercido pela figura do traficante entre muitos jovens de comunidades carentes. A possibilidade de usufruir de bens materiais, que dificilmente são possíveis de serem obtidos por trabalhadores com pouca qualificação profissional e a ostentação de poder através do crime e da violência concederiam status aos adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas.

A conquista do respeito através de atividades criminosas causa também especial preocupação pela existência de um histórico pessoal e familiar do jovem, muitas vezes, marcado pela humilhação e submissão. O tráfico de drogas, dentro deste panorama, se torna para diversos adolescentes, além de um projeto de ascensão econômica e social, um grupo de referência, dentro do qual poderá escalar outras funções, partilhando códigos e valores comuns. Não raro, inclusive, nota-se a atribuição do termo “família” para designar pertença aos grupos criminosos (YOKOMISO, 2013, p. 69)

Malvasi (2011) analisa as contradições entre o objetivo institucional de evitar a reincidência de atos infracionais e as narrativas e expressões corporais dos adolescentes durante o cumprimento das medidas, segundo o autor a identificação com o “mundo do crime” é participar de expressões juvenis de virilidade e força valorizadas por muitos jovens que engajam em atividades ilícitas em busca de prestígio, aceitação e bens materiais cuja aquisição é quase impossível dentro do contexto social-econômico em que estão inseridos.

As infrações cometidas por esses adolescentes são vistas como consequências de famílias “desequilibradas”, com distúrbios de desenvolvimento e que, por razão desses problemas individuais, agredem a sociedade. Para Malvasi (2011), esses entendimentos fazem parte de derivações semânticas que limitam a ideia de insegurança aos aspectos psicológico e criminal e acabam por excluir o contexto social e econômico em que esses sujeitos estão inseridos.

A possibilidade de ter uma recaída é a marca de seu lugar social no mundo institucional. O que o juiz exige, como condição para o adolescente ser considerado “recuperado” e sair da internação, são pareceres técnicos que indiquem que ele não reincidirá e a presença dos pais para garantir que ele não tenha uma recaída. Quanto menos autônomo e mais afeito às expectativas institucionais, quanto mais submisso, em seus atos e falas, ao discurso institucional, maior é a chance de o adolescente em conflito com a lei ser considerado saudável e pronto para se reinserir na sociedade sem o “risco” de voltar a cometer um crime. (MALVASI, 2011, p.166)

Nesse sentido surge o questionamento sobre como cultivar nesses jovens as possibilidades de uma perspectiva de futuro ao mesmo tempo em que suas visões críticas da sociedade e suas concepções de mundo são cerceadas?

4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO

Entendemos como sendo importante refletir sobre o conceito de Práticas Pedagógicas e como elas são pensadas para atender sujeitos que se encontram em situação de violência, pensamos ser necessário uma prática diferente daquelas encontradas nos ambientes escolares tradicionais e conseqüentemente é preciso uma formação diferente para os educadores que atuam nesses ambientes. Para isso, pensamos em contextualizar essa reflexão a partir do pensamento de Franco (2016) acerca das práticas pedagógicas e docência a partir de um olhar a partir da epistemologia do conceito e de Freire com suas reflexões acerca dos educadores de rua que trabalham com crianças e adolescentes vítimas de violência e que estão inseridas às margens da sociedade.

Para Franco (2016) existem práticas docentes construídas pedagogicamente e há práticas docentes construídas sem a perspectiva pedagógica, *num agir mecânico que desconsidera a construção* essa distinção é importante para identificar uma prática tecida pedagogicamente – vista como práxis – de outra apenas tecnologicamente tecida – identificada como *poiesis*. Nesse sentido, uma prática pedagógica, enquanto práxis, é constituída sempre como uma ação consciente e participativa, que surge da multidimensionalidade que cerca o ato educativo.

Assim, uma aula ou um encontro educativo é convertido a uma prática pedagógica quando há intencionalidade em sua organização assim como o aferimento de sentido às intencionalidades, será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; será pedagógica à medida que buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados (FRANCO, 2011).

Pode-se dizer que a Pedagogia impõe um filtro de significado à multiplicidade de práticas que ocorrem na vida das pessoas. A diferença é de foco, abrangência e significado, ou seja, a Pedagogia realiza um filtro nas influências sociais que, em totalidade, atuam sobre uma geração. Essa filtragem, que é o mecanismo utilizado pela ação pedagógica, é, na realidade, um processo de regulação e, como tal, um processo educativo. Reitera-se, assim, Pedagogia como prática social, que oferece/impõe/propõe/indica uma direção de sentido às práticas que ocorrem na sociedade, realçando seu caráter eminentemente político. (FRANCO, 2011, p. 537)

Não se deve achar que as práticas pedagógicas comuns utilizadas na escola pública tradicional irão ser absorvidas pelas crianças e adolescentes em situação de risco. Em sua grande maioria, esses jovens já nascem marginalizados pelo restante da sociedade, condenados desde muito novos a viverem sempre à margem dos demais, no fundo, eles sobrevivem em lugar de viver. (Freire, 1989). Por esses motivos é necessário pensar em uma pedagogia para uma escola que não preserve a sociedade tal como está, onde só se é perpetuado a desigualdade e a violência.

Para que esse trabalho ocorra, as crianças e adolescentes em situação de risco devem entender as engrenagens que fazem a sociedade em geral funcionar, eles devem perceber o que os coloca na posição em que estão, para poder assim mudar e traçar os seus próprios caminhos de forma consciente, sobre isso Freire (1989) afirma:

Pensar a prática é, por isso, o melhor caminho para pensar certo. Este pensar ensina também que a maneira particular como praticamos, como fazemos e entendemos as coisas, está inserida no contexto maior que é o da prática social. Quanto mais nos exercitando assim, tanto mais começamos a entender os mecanismos através dos quais funciona a sociedade. Como a sociedade está produzindo. Como se distribui a riqueza e como as ideias se formam enquanto expressão de grupos e classes sociais dominantes. A experiência de pensar a prática e a realidade em que ela se dá como objeto de nossa reflexão crítica, termina por nos revelar obviedades que, porém, não suspeitávamos. Por isso no momento em que se apanha o óbvio, racha o óbvio, entra e vê dentro do óbvio, descobre que ele não é tão óbvio como se imaginava. (FREIRE, 1989, p. 17)

Esta obviedade da qual se fala, trata-se do contexto social que esses jovens vivem, mas muito mais importante do que a percepção destes, são os próprios docentes perceberem que essas pessoas possuem em seu interior certos valores e crenças que irão se chocar com os valores e as crenças associadas ao senso comum, cabendo ao/a professor (a) que, ao invés de tentar converter esses rapazes e essas moças, que ao contrário, trabalhem em conjunto buscando o crescimento e os incentivando a assumirem um papel no processo de transformação da sociedade e de suas próprias realidades. Quanto ao educador de crianças e adolescentes em situação de risco e suas práticas pedagógicas:

- É perceptivo e sensível às causas das situações geradoras.
- É aquele que respeita e não reprime. Aquele que tem sendo de ajuda mútua e estimula a troca de experiências, reconhecendo e descobrindo novos valores significativos com o menor. Também aquele que está aberto e que é amigo gratuito.
- É flexível, capaz de reavaliar suas concepções e limitações e, com o menor, descobrir nana convivência do conflito, novas perspectivas de vida.

- É aquele que estimula a ação participativa da comunidade, de forma que se veja o menor de rua como efeito de toda uma situação injusta descobrindo modos de superar essa situação.
- Ele não tem objetivo de “domesticar” o menor como espera a sociedade em que vivemos.
- Ele trabalha com o grupo, em grupo visando sempre uma organização mais ampla.
- É aquele que não abafa a denúncia dos menores.
- Ele vai com o tempo criar uma situação nova provocadora de novas relações. É aquele que procura oferecer condições concretas para que os meninos superem suas necessidades. Ele não determina prazo para mudança de comportamentos.
- O educador de rua mantém uma relação de troca no processo educativo. (FREIRE, 1989, p. 16).

Nessa realidade o/a professor (a) é também aluno (a), mas sobretudo professor (a), ao mesmo tempo que se deve propiciar certa liberdade a esse educando, é sobretudo importante estabelecer parâmetros para essa mesma liberdade. A democracia deve sempre se sobrepor ao autoritarismo nas práticas pedagógicas para adolescentes e crianças em situação de risco, entretanto, a autoridade (do/a professor (a)) deve sempre existir.

As práticas pedagógicas baseadas em modelos de ensino-aprendizagem onde o aluno é meramente um depósito de conhecimento não comporta as necessidades de um jovem em cumprimento de liberdade assistida, tendo em vista o contexto em que esse adolescente está inserido. É preciso pensar em uma prática em que o sujeito seja protagonista do seu próprio processo de aprendizagem, onde seja possível desenvolver sua criticidade, o que não é possível em processos onde se é exigido somente cópia, memorização, ditado e repetição.

O autoritarismo do educador não se manifesta apenas no uso repressivo da autoridade, que restringe arbitrariamente os movimentos dos educandos. Manifesta-se igualmente num sem número de oportunidades. Na vigilância doentia sobre os educandos, na falta de respeito à sua criatividade, à sua identidade cultural. Na falta de acatamento à maneira de estar sendo dos alunos das classes populares, na maneira como os adverte ou os censura. Na estreiteza com que compreende o binômio ensinar / aprender no qual o educando é reduzido à memorização mecânica do que o professor deposita nele. Professor bancário. (FREIRE, 2001, p.73)

Enfim, é necessário que o educador dessas situações específicas entenda a realidade cotidiana em que se encontram esses jovens.

Para poder trabalhar com esse menino (de rua) vocês têm em primeiro lugar, que ter uma compreensão da sua própria cotidianidade enquanto uma certa classe social, seus valores, aspirações, medos, etc. (...) Vocês têm que empapar-se, molhar-se da cotidianidade dos meninos, mas vocês não podem ficar na cotidianidade dos meninos. (Freire, 1989, p. 28)

A realidade dessas crianças e adolescentes não é o fim da caminhada para onde se deve voltar todas as atenções, pelo contrário, a realidade dessas pessoas é o começo de suas caminhadas e esses jovens devem encontrar nesses educadores o impulso necessário para que consigam dar o primeiro passo.

É preciso compreendermos o impacto que o meio social promove nesse jovem que comete ato infracional, muitas vezes as oportunidades lhe são negadas, nessa sociedade desigual e injusta na qual estamos inseridos, a escola muitas vezes também se omite em relação a garantia de direitos e oportunidades, principalmente causando impacto negativo quando naturaliza a indisciplina, é preciso compreender o papel da escola, da própria educação como engrenagem nesse meio social, e a importância de se educar adequadamente esse jovem, contudo, por vezes é preciso pensar também em uma educação para além da escola, mas também levar em conta o modelo de educação que se é construído nas entidades das quais estão especializadas em realizar uma prática educativa voltada para esses jovens onde geralmente a própria educação é pensada a partir das comunidades buscando promover um reconhecimento de si próprio e do seu meio.

O direito à educação deve estar compromissado com o futuro do sujeito-aluno, seja pela aprendizagem que propõe a partir da autonomia do educando para reconstruir conhecimentos, oferecendo o educador exemplos que se opõem às ideias já construídas, por vezes pela bagagem familiar, seja pelo reconhecimento do erro e dos conflitos como espaços de interlocução para a revisão de condutas. (MENESES, 2006, p. 45)

Portanto, é necessário que haja uma educação acolhedora e que promova reflexão, uma educação que leve em consideração o meio social no qual o adolescente está inserido, onde também será previsto que os seus direitos sejam exercidos. Contudo, de fato, é preciso compreender que juntamente com esses direitos os “deveres” também estão presentes, deveres esses que deverão ser cumpridos, porém de antemão é preciso compreender que o adolescente em termos de desenvolvimento físicos como cognitivos não se trata mais de uma criança, contudo, também não é uma pessoa adulta, alguns autores costumam se referir a esta fase da vida como "um tempo de moratória" entre o fim da dependência característica da infância e o início dos deveres, responsabilidades e obrigações próprios da idade adulta. (SILVA et.al, 2011, p.278)

Sendo assim, é possível a criar-se uma concepção do educando, visando uma educação que possibilite a conscientização do jovem, transformando a educação em uma fonte de iniciativa, compromisso e liberdade, onde o jovem entenda que ele é o protagonista

de suas ações em âmbitos familiares, escolares e de vida comunitária, sendo responsável por seus atos, e que esses atos se tornam consequência de suas próprias escolhas. Tendo em vista que a criança quando quebra alguma norma ou regra é responsabilizada pelos pais, ou quando essa norma ou regra é quebrada no âmbito escolar a criança/adolescente também é responsabilizada e recebem punições que vão de advertência até a expulsão regimental, o mesmo é válido para o jovem que comete ato infracional.

Fazer com que ele responda pelo seu ato é uma atitude de elevado teor pedagógico-social, desde que lhe seja assegurado o devido processo com todas as garantias previstas na lei, desde que ele tenha o direito à defesa com todos os recursos a ela inerentes e à presunção da inocência, ou seja, às garantias processuais. (SILVA et.al., 2011, p. 280)

Porém é preciso destacar que na hipótese do adolescente ser considerado responsável pelo cometimento do ato infracional para ele não será aplicada as penas do Código Penal de Adultos, mas sim uma medida socioeducativa. Essa medida socioeducativa tem como objetivo ser uma reação punitiva da sociedade ao delito cometido pelo jovem, contudo, deve também contribuir para o desenvolvimento do jovem como pessoa e como cidadão, no caso da medida de liberdade assistida ela será adotada sempre.

Art. 118 - A liberdade Assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º - A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2 - A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. (BRASIL,1990, p. 22)

Para o cumprimento da liberdade assistida também será necessário a presença dos responsáveis, pois deverá ser promovido uma ação pedagógica com os mesmos, como está proposto no Art. 119 – ECA.

Família: promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; (BRASIL,1990, p. 22)

Portanto, é de extrema importância não só para medida de liberdade assistida como para as outras medidas socioeducativas promover para o jovem meios para reforçar seus vínculos não só familiares como também promover laços comunitários. Entretanto, levando em consideração o impacto relevante que se dá na sociedade com o cometimento do ato infracional também é preciso destacar que a reação da sociedade, nesse caso, deve ir além

do puramente educativo. Ela deve expressar, de maneira nítida, a dimensão de severidade e justiça requerida pela quebra das normas de convivência. (SILVA et.al., 2011, p. 281).

É preciso compreender que essa medida socioeducativa tem como objetivo ser uma reação punitiva da sociedade ao delito cometido pelo jovem, contudo, deve também contribuir para o desenvolvimento do jovem como pessoa e como cidadão. De fato, se faz necessário a responsabilização para que a medida socioeducativa se torne eficaz e seja capaz de juntamente com os outros pontos citados promover uma reintegração produtiva desse jovem.

É preciso por parte desse educador compreender, assim como auxiliar o jovem para a construção de seu desenvolvimento pessoal e social, buscando sempre a utilização de uma pedagogia voltada para a formação do cidadão, isso é feito através de um trabalho desenvolvido junto ao adolescente, caminhando para a criação de condições que possibilitem uma relação de abertura, reciprocidade e compromisso, para que jovem sinta-se compreendido e aceito, dessa forma tomando consciência dos seus atos, se tornando responsável, tanto por seu passado quanto pelo seus atos.

5 METODOLOGIA

A abordagem metodológica que estrutura esse trabalho é dividida em três categorias que pensamos como pertinentes para a execução dessa pesquisa, sendo estas a abordagem qualitativa para com a temática apresentada, a execução de entrevistas semiestruturadas com os protagonistas do lócus do tema deste trabalho para a coleta de dados e pôr fim a análise de conteúdo onde buscamos relacionar as informações obtidas através da análise de documentos oficiais, teses e teorias dos pensadores da área com os dados obtidos através das entrevistas buscando refletir e lançar discussão acerca das práticas pedagógicas utilizadas nas instituições que trabalham com liberdade assistida.

Desta forma, a metodologia desta pesquisa está pautada no princípio da pesquisa qualitativa, bibliográfica, de campo e de natureza descritiva. Qualitativa pois procuramos aprender com a experiência e enriquecer o aprendizado a partir do encontro com a realidade, a ação e a criatividade de modo que os nossos resultados possam contribuir para ampliar o conhecimento sobre as questões centrais desse estudo.

Neste sentido, Minayo (1994) destaca que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.21).

Sendo assim, partimos desta metodologia, pois o campo tem suas variações e particularidades que podem ser melhor analisadas caso não estejamos voltados apenas para a sua “operacionalização”.

A pesquisa é do tipo exploratória e explicativa. *Exploratória*, porque foi realizada sobre as unidades públicas de assistência social e educação com o propósito de desvelar e compreender os vários aspectos desse tema em diferentes contextos sociais. É também *explicativa*, pois teve a preocupação central de identificar fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos que afetam, de forma positiva ou negativa, os processos pedagógicos utilizados pelas instituições que trabalham com medidas socioeducativas estudadas e as possibilidades de transformação social a partir de suas ações.

5.1 Delimitação e local da pesquisa

A nossa pesquisa está delimitada ao estudo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade de Belo Jardim – PE. A escolha desta experiência se deu pela importância que compreendemos ter os serviços de acolhimento, orientação e acompanhamento familiar e individual oferecidos pelo CREAS às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, fortalecendo e reconstruindo os vínculos familiares e comunitários.

Ademais, observando a dinâmica social do nosso país, percebemos as desigualdades sociais intrínsecas na sociedade causadoras de violência urbana, preconceito e usurpação de direitos, variáveis essas que favorecem a vivência de situações de risco pelos jovens. Portanto, consideramos urgente a realização de um projeto de pesquisa voltado para os jovens em situação de vulnerabilidade social, onde em conjunto com as instituições públicas é possível fazer destinadas aos adolescentes em conflito com a lei. Sendo assim, a pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com os pedagogos que trabalham no CREAS de Belo Jardim no atendimento dos jovens em cumprimento de LA, com o propósito de levantar dados empíricos, de modo a confrontar teoria e prática.

5.2 Fontes de informação

O grupo escolhido para se estabelecer um diálogo para fins desta pesquisa foi o seguinte:

- Pedagogos da instituição, com quem fizemos uma entrevista semiestruturada a fim de entender quais as práticas pedagógicas utilizadas para a ressocialização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida;

Para além disso fizemos uso de pesquisa bibliográfica através de textos relevantes acerca da temática apresentada assim como na legislação vigente que estabelece os parâmetros legais para a criação e aplicação das políticas públicas de caráter socioeducativo.

5.3 Técnicas de coleta

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada com a pedagoga que trabalha na instituição a partir de um roteiro de questões sobre o tema. Para Silva e

Menezes (2005. p, 33), entrevista semiestruturada é a obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema através de um roteiro de questões, mas que não é completamente rígido, podendo ser acrescentadas ou suprimidas questões a depender do encaminhamento das respostas dadas. Podem-se explorar mais amplamente algumas questões, além da participação como pesquisador, se institui um vínculo pessoal com o entrevistado.

Muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia. Por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação (GIL, 2002, p. 109)

5.4 Análise e sistematização dos dados

A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informações que surgiu nos Estados Unidos no início do século XX, até meados dos anos 50 era predominante o aspecto quantitativo da técnica caracterizado principalmente pela contagem da frequência da aparição de características nos conteúdos das mensagens vinculadas nas comunicações de massa, que era o principal foco desses experimentos até então.

Já atualmente, a aplicação dessa técnica possui duas funções principais: a verificação de hipótese e/ou questões onde através da análise de conteúdo é possível encontrar as respostas para as questões formuladas para a pesquisa assim como também confirmar as teorias estabelecidas anterior ao trabalho de investigação. A segunda função diz respeito a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos e trata-se do trabalho de ir além da superfície que está sendo apresentado.

Para fins desta investigação utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo enquanto exercício de aproximação metodológica. Como técnica ela pode ser utilizada em vários tipos de pesquisa e servir igualmente os diferentes níveis de investigação empírica. Segundo Vala (2001), *“a finalidade da análise de conteúdo será, pois, efetuar inferências, com base numa lógica explicitada sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas.”* (VALA, 2001, p.104)

Em nossa pesquisa a análise dos dados coletados foi realizada de acordo com as unidades de registro decodificadas dos temas transcritos seguindo um dos níveis de interpretação de dados descritos por Minayo (1994) que se baseia no encontro que realizamos com os fatos surgidos na investigação.

Além das unidades de registro, devemos definir as *unidades de contexto*, situando uma referência mais ampla. Em outras palavras devemos precisar o contexto do qual faz parte a mensagem. (...) Escolhidas a *unidade* ou as *unidades de registro* e as *unidades de contexto*, uma das técnicas mais comuns para trabalhar os conteúdos é a que se volta para a elaboração de categorias. (MINAYO, 1994, p.75)

Dessa forma, operacionalizamos a análise no seguinte passo a passo:

- (a) Ordenação dos dados: onde fizemos um mapeamento de todos os dados obtidos na pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada.
- (b) Classificação dos dados: onde, com base nas leituras dos textos relevantes acerca da temática, elaboramos as categorias específicas.
- (c) Análise final: onde procuramos estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo as questões da pesquisa com base em seus objetivos.

6 DESVELANDO A REALIDADE ESTUDADA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

A experiência do campo de pesquisa na área de medidas socioeducativas nos proporcionou uma experiência profunda e importante tanto para nossa formação acadêmica como para nossa formação como seres humanos, de modo que nos fez enxergar certas realidades e vivências que talvez não nos seria possível observar e compreender em outro contexto.

Assim, vale destacar as principais facilidades para a conclusão dessa pesquisa que foram a maneira como fomos tratados pelos educadores e funcionários da instituição que nos acolheram e se dispuseram a atender o nosso pedido para a realização do nosso trabalho de entrevista que foi fundamental para nos levar a compreender a importância do trabalho realizado com a Liberdade Assistida e a relação que os jovens atendidos pela instituição têm com a sociedade e o mundo ao seu redor. As principais dificuldades foram relacionadas a pandemia do Covid-19 que atrasaram o nosso primeiro contato devido as medidas de contenção do vírus e a burocracia referente a autorizações da Prefeitura Municipal de Belo Jardim, mas todos esses desencontros foram superados e pudemos realizar nosso trabalho de forma bem sucedida. As aprendizagens do campo foram várias e de grande importância, tanto no que diz respeito a temática própria de nossa pesquisa como em outros aspectos que não necessariamente eram nosso foco, foram observadas questões diversas que provavelmente poderão nos inspirar para outras pesquisas.

A pandemia pelo SARS-CoV-2 introduziu limitações claras à investigação, pois dificultou a ida a campo, diminuiu a possibilidade de incursões nos contextos de pesquisa, especialmente nos serviços de saúde, afetando a utilização de técnicas que usam a palavra, o olhar e a empatia³. Muitos estudos foram suspensos e/ou as atividades reorganizadas, em função dos próprios planos de contingência da COVID-19, e se, por um lado, a pandemia dificultou a pesquisa, por outro, fomentou a criatividade dos investigadores para responder a novos desafios. (PRESADO, BAIXINHO, OLIVEIRA, 2021, p.2)

A partir de leitura e pesquisa bibliográfica nos trabalhos de autores que se dedicaram a pensar sobre medidas socioeducativas e o papel das práticas pedagógicas na ressocialização de adolescentes que cometeram atos infracionais juntamente com uma entrevista semiestruturada com a pedagoga sujeito de nossa pesquisa, nós pensamos em três categorias de análise que nos ajudaram a responder a questão central desse texto: a primeira

categoria se refere a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, que para fins de praticidade nós iremos nos referir a ela como LA no decorrer desse texto, onde a partir da Constituição Federal Brasileira (1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (1991), do SINASE (2012) e de autores como Oliveira (2017), Cunha (2010) e Foucault (1977) buscamos caracterizar as condições da medida socioeducativa de LA postas em prática pelo CREAS de Belo Jardim. A segunda categoria de análise diz respeito aos adolescentes que cumprem LA, nessa categoria utilizamos os autores Yokomiso (2013) e Malvasi (2011) para descrever o perfil dos adolescentes atendidos por organizações que trabalham com Liberdade Assistida relacionando os seus conceitos com a percepção da pedagoga acerca do perfil desses jovens. Por fim, a terceira categoria que pensamos para a análise trata-se das práticas pedagógicas a partir das medidas socioeducativas, aqui nós procuramos discutir as práticas pedagógicas utilizadas pelo CREAS de Belo Jardim - PE a partir do ECA e dos autores Freire (1989) e Franco (2011) e Malvasi (2011).

Compreendemos como pertinente separar nossa análise nessas três categorias para responder ao nosso objetivo principal e questão problema: Quais as principais práticas pedagógicas utilizadas pelo CREAS de Belo Jardim – PE ao trabalhar com adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida visando a ressocialização dos jovens atendidos?

6.1 A liberdade assistida

Compreendemos como pertinente iniciar nossa discussão acerca da análise dos dados obtidos para esse trabalho pela categoria que constrói a base do nosso tema: a medida socioeducativa de Liberdade Assistida estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse ponto buscaremos caracterizar essas medidas de acordo com o que foi estabelecido em lei e refletir sobre a maneira em que o CREAS de Belo Jardim as executam.

No Brasil, muitos séculos se passaram com a tolerância institucionalizada para com as situações de desrespeito aos direitos humanos, principalmente no que se refere ao atendimento às crianças e adolescentes de forma geral. Após a configuração da Constituição Federal de 1988 e a partir do seu artigo 227, é afirmado que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 147).

A partir da nova legislação e o advento do ECA, avanços significativos na promoção de direitos e respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, a medida punitiva passa a ser aplicada nos adolescentes dentro de medidas socioeducativas isso se devendo ao fato do reconhecimento de que todas as crianças e adolescentes são sujeitos sensíveis e detentores de direitos, devendo ser vistas como pessoas na condição peculiar de desenvolvimento. Sobretudo, o Estatuto é um instrumento de cidadania, por ser uma lei fruto da luta de movimentos sociais, profissionais e de pessoas preocupadas com as condições e os direitos infanto-juvenis no Brasil, criado especialmente para revelar os direitos e os deveres das crianças e dos adolescentes (OLIVEIRA, 2017, p.7).

O Estado é responsável pela execução de medida socioeducativa e protetivas, podendo ser aplicadas em Estados, Municípios e Organizações não governamentais o que nos leva a um dos objetos de nossa pesquisa: o CREAS. Considerando a definição expressa na Lei nº 12.435/2011, o CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

De acordo com o Plano de Ação construído pela coordenação pedagógica do CREAS de Belo Jardim os procedimentos adotados pela instituição têm como objetivo o desenvolvimento de um acompanhamento aos jovens e adolescentes até 21 anos de idade incompletos em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) objetivando à promoção pessoal e social desses adolescentes e de suas famílias. Isso se dá através da aplicação da metodologia pedagógica do SINASE e sob a garantia dos direitos humanos previstos na Constituição Federal, no ECA e em acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte.

Para alcançar o seu objetivo principal a equipe do CREAS realiza uma série de atividades voltadas para o acompanhamento desses jovens que são encaminhados pela Comarca de Belo Jardim para o cumprimento da Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida, sendo a primeira delas a elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) que é o instrumento norteador das ações socioeducativas e visa

individualizar o acompanhamento aos adolescentes como está previsto no art.54 da lei nº12.594/12 do SINASE:

Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo: I - os resultados da avaliação interdisciplinar; II - os objetivos declarados pelo adolescente; III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional; IV - atividades de integração e apoio à família; V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde (BRASIL, 2012, p.187).

A partir do PIA são realizadas visitas domiciliares e atendimentos individuais além da elaboração de relatórios mensais, trimestrais e emergenciais sobre essas visitas e atendimentos individuais. Para além disso há também o encaminhamento desses adolescentes e suas famílias ao sistema de garantia de direitos a partir da promoção, prevenção e proteção à saúde, a oferta de formação continuada, qualificação profissional e a efetivação de matrícula escolar dos adolescentes acompanhados.

Para sua execução, a medida socioeducativa de liberdade assistida é constituída também em alguns fatores especiais, sendo direcionados encaminhamentos para os responsáveis, com o objetivo de orientá-los quanto ao acompanhamento necessário e apoio, pois a presença do adolescente é obrigatória nas instituições determinada pelo juiz por no mínimo seis meses e esta instituição deve dispor de uma equipe interdisciplinar que tem a função de auxiliar a família e incluí-las em serviços comunitários.

A gente também tem um cronograma de frequência, toda vez que eles vêm, eles têm que assinar aqui. Aí terminou a gente manda um relatório pra justiça. (...) de cada encontro, eles assinam uma vez. Aí ficam na agonia, na ansiedade. Aí a gente trabalha com a questão da ansiedade, a gente tem a psicóloga aqui. Tem (adolescente) também, que falta muito, quase não vem. Tem que concluir tudinho que dá os 6 meses (de assinatura). Tem também a prestação de serviço a comunidade, que muitos pegam também, que eles têm que pagar ou no posto de saúde, ou no hospital ou numa escola. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Durante os seis meses estabelecidos por lei para acompanhamento desses jovens eles devem comparecer todas as semanas para participarem de atendimentos em grupos onde são realizadas rodas de conversas com temas livres sugeridos pelos adolescentes e equipe técnica. Entretanto alguns adolescentes atendidos pelo CREAS de Belo Jardim encontram obstáculos que dificultam as suas idas à instituição:

(...) têm uns que vem de 15 em 15 dias porque moram distante aí a gente vai fazendo um acordo sem espalhar porque se não os outros vão querer também. (...) eles não têm dinheiro, são pessoas que não tem nada na vida,

são pobres, não tem como pagar alguém (para trazer) nada. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Isso mostra que os adolescentes que vivem em bairros distantes e nos distritos afastados do centro urbano da cidade de Belo Jardim não conseguem ter acesso em sua totalidade as atividades pedagógicas ofertadas pelo CREAS tendo a continuidade dos atendimentos prejudicada pela falta de recursos. As políticas de ressocialização daqueles que cometeram algum ato infracional parecem estar dependentes de inúmeros fatores que influenciam o seu sucesso e as suas falhas, Foucault (1977) ao dizer que os pedagogos substituíram os carrascos refere-se ao fato de que novas técnicas são aplicadas nos condenados pela justiça visando seu encaminhamento e treinamento para novas atividades que os distanciem do crime e que os aproximem do trabalho do mundo capitalista. No decorrer da história, o tratamento dos condenados esteve atrelado ao modelo social vigente, ou seja, os suplícios deixaram de ser necessários quando o infrator passou a ser considerado uma possibilidade de mão de obra para a nascente sociedade capitalista da época (CUNHA, 2010).

A perspectiva dos direitos humanos assegura o direito de todos ao cuidado, sem distinção de raça, gênero ou situação socioeconômica. No entanto, por diversas vezes na história da humanidade, em contextos de dominação, verificamos o cuidado sendo estabelecido numa perspectiva utilitarista e exploratória para pessoas coisificadas (CUNHA, 2010, p.167).

Sobretudo esse recorte lança luz para a dificuldade das pessoas das áreas mais pobres e distantes da cidade de terem acesso às políticas públicas ofertadas pelo Estado que em teoria é um direito de todos os cidadãos, dessa forma, como resolver o problema da violência vigente no país quando as políticas públicas não alcançam parcelas da sociedade?

Eu acho que a medida socioeducativa precisa existir sim porque ela traz a socialização para esses adolescentes, eles vivem tão sem nada, sem nada na minha opinião, se não tivesse ela o que é que ia acontecer? Preso não pode, né? Já de imediato, porque eles são adolescentes e adolescentes não podem ir para o presídio, e aí eles iam pagar aonde? Eu acho que é justo, porque acontecer sempre acontece, ninguém venha dizer “ah deixa sem que não acontece” acontece, o furto, droga e esses meninos vão pra onde? (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Mais que um lugar físico ofertado para acolher esses jovens, é necessário a construção de programas que realmente tenham significado para a ressocialização desses indivíduos, do contrário trata-se apenas de mecanismos temporários para a contenção desses adolescentes. A privação da liberdade por meio do encarceramento não possibilita, por si só,

a reeducação (CUNHA, 2010) essa lógica não é mais aceitável e se reflete na falência das políticas que promovem a ressocialização e no aumento da violência urbana.

6.2 O adolescente

Descrever o perfil dos adolescentes atendidos por organizações que trabalham com Liberdade Assistida é talvez a parte mais complicada desse trabalho uma vez em que ao pensar nessa atividade como um dos objetivos específicos da pesquisa colocamos os fatores em comum que perpassam todos os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas como objeto de análise capaz de lançar luz acerca da compreensão do porquê esses adolescentes cometem atos infracionais e conseqüentemente quais as melhores práticas pedagógicas que devem ser utilizadas à fins de reintegrá-los a sociedade.

Descobrir e estudar um padrão de comportamento e atitudes pode parecer fácil se tivéssemos escolhido nos dedicar somente a fazer um retrato do que nos foi posto durante a nossa aproximação com o campo de estudos e dos sujeitos que escolhemos como protagonistas de nossa pesquisa, no entanto percebemos que muito além do que se faz visível ao nosso primeiro julgamento se encontra os aspectos subjetivos desses adolescentes e as diferentes formas que eles interagem e reagem às suas realidades, sejam elas semelhantes ou não. Escolhemos não entrevistar e colocar esses jovens atendidos pela instituição como sujeitos de pesquisa por uma série de razões, dentre estas está a necessidade de uma série de autorizações tanto dos pais desses adolescentes como também autorizações judiciais que precisaríamos ter pois envolve pessoas em situação de vulnerabilidade e fere os princípios éticos da pesquisa científica.

Dessa forma, buscamos aprofundar este perfil através do retrato feito através da entrevista semiestruturada pela pedagoga do CREAS acerca dos adolescentes atendidos pela instituição através de pesquisa bibliográfica com autores que discutem a temática desse trabalho.

No que diz respeito a razões que podem levar o jovem a cometer um ato infracional e ser encaminhado para o cumprimento de medida socioeducativa, destacamos anteriormente as desigualdades sociais e a violência urbana que provem como consequência, assim, através de nossos percursos metodológicos e pelo que observamos quando fomos de encontro ao campo de pesquisa, esses elementos são realmente fatores significantes para a inserção

desses adolescentes no mundo do crime, sendo a maioria dos jovens acompanhados pela instituição de origem humilde e residentes de comunidades carentes como relata a pedagoga funcionária do CREAS Belo Jardim:

Eu posso até ser injusta, mas as vezes é até o território que (eles) moram, que faz aquilo (ato infracional) acontecer, a qualidade de vida também. Tem uns que não, (território como causa) acontece mesmo, se envolvem com amizades e vai acontecendo. Mas de acordo de quando a gente faz as visitas tem uns que é meio a meio, acontece por o território também e tem outros que não acontece e assim vai, é mais território. Esses que tem uma condição de vida melhor é mais assim... (falta de) Habilitação. Os que eu peguei foi esses, não tem (habilitação) e a polícia pegou, não foi coisa de drogas não. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas costumam viver em territórios estigmatizados, onde há ostensiva presença policial. Como consequência, o Estado brasileiro constitui como política pública o aprisionamento desses jovens de baixa renda quando se trata do combate à violência urbana. Entre 1996 e 2014, o número de jovens entre 12 e 17 anos que foram apreendidos no Brasil pela prática de atos infracionais aumentou em quase seis vezes. De acordo com o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 2017 há uma crescente no encarceramento de adolescentes no país que passou de 4.245 para 24.628.

Esses dados refletem as políticas públicas de encarceramento ineficazes promovidas pelo Estado nas últimas décadas e a sua derrota na chamada guerra contra o crime e as drogas, junto a esses fatores encontra-se também a precariedade da educação, saúde e lazer para os cidadãos mais pobres que são jogados para as enormes filas dos subempregos e desempregos características de um país desigual onde somente uma pequena elite privilegiada parece desfrutar em sua totalidade dos direitos que garantem a dignidade humana.

Dessa forma, a ausência de atividades educativas que poderiam manter esses jovens ocupados e fora das ruas é um fator a ser destacado no espectro das desigualdades sociais. Enquanto um jovem de classe média/alta tem condições para frequentar ambientes educativos variados nos horários em que não está na escola, um jovem de classe baixa só teria acesso a esses serviços caso fornecidos de maneira gratuita, pelo poder público, porém essas são coisas difíceis de serem encontradas nos bairros da periferia. O CREAS de Belo Jardim parece compreender a necessidade de promover políticas que estimulem o acesso à cultura e ao lazer para os jovens atendidos:

(...) tem as coisas do momento e o que a gente vai trabalhar com eles e as expectativas de vidas deles, aí tem umas perguntas (no PIA) se gosta de futebol, aí se gosta, o que é que a gente pode ajudar com esse menino se ele gosta de fazer futebol? A cultura... como é a convivência deles no bairro onde eles moram, as vezes não tem uma convivência boa lá aí eles precisam pagar prestação de serviço à sociedade aí a gente vai colocar esse adolescente lá? Não. A gente vai procurar outro (lugar) que eles têm uma boa convivência para continuar. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Neste contexto as atividades esportivas, culturais e voltadas para o lazer em geral surgem como instrumentos para a promoção da liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico-racial e de gênero (SINASE, 2006. 71). A inclusão social e o respeito pelo interesse do jovem se apresentam como pilares destas ações socioeducativas, e promovem o sentido do pertencimento, da vida em grupo e o crescimento pessoal (YOKOMISO, 2013) e se mostram pertinentes uma vez em que para esses jovens a identificação com o “mundo do crime” é participar de expressões juvenis de virilidade e força (MALVASI, 2011).

Entre os pares geracionais, a participação no “mundo do crime” é muitas vezes valorizada. Uma série de características atribuídas ao “ladrão”, como as de adotar o risco como estilo de vida, a busca de dinheiro fácil, do poder e do prestígio locais, são elementos de performances corporais e de narrativas dos jovens, que explicitam experiências sobrepostas, adquiridas tanto a partir de relações interpessoais ou institucionalizadas quanto de informações acumuladas em uma ampla representação de falas e imagens públicas, veiculadas pelos meios de comunicação e constantemente ressignificadas na música e no cinema.. (MALVASI, 2011, p.161).

Na execução de medidas socioeducativas, costuma-se descartar essas dimensões psicossociais com as quais os jovens atendidos lidam desde sempre, o ato infracional é percebido como resultado de uma característica individual do sujeito, que deve ser assistido pela saúde, punido pela justiça e transformado pela educação. (MALVASI, 2011). O “bandido” é percebido como o resultado de uma família desestruturada, proveniente de um lar que não soube impor limites e que o causou distúrbios de desenvolvimento e em razão desses problemas individuais, esses jovens agredem a sociedade.

Esses entendimentos desconsideram a insegurança social e econômica e limitam a ideia de insegurança aos aspectos psicológico e criminal, ao falar sobre jovens que vem de diferentes aspectos sociais essa questão se mostra mais visível, o jovem pobre que comete um ato infracional é visto como fruto das suas origens enquanto os jovens de classes abastadas são frutos de más escolhas.

Muitas vezes eles não aceitam a vida que tem, “a vida do outro é melhor então eu vou roubar, vou pegar, eu vou fumar”. O território que muitos

vivem é só isso que tem, então se o adolescente mesmo não quiser sair daquilo ali ele não sai, só se ele tiver muita força de vontade de querer sair daquele ambiente porque em bairros que tem essas coisas, famílias que tem irmãos, a mãe usuária, que bebe, que fuma, que já roubou, pega a moto do amigo e vai dar uma volta ou fazer algum pega e a polícia prende... Então as vezes não tem uma família estruturada, como eu disse a você, é pouco, a gente tem uns casos assim aqui que a família é toda estruturada mas é coisa de cigarro, de moto, de roubo e acontece aí vai colocar esses meninos onde? (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Como cultivar nesses jovens as possibilidades de uma perspectiva de futuro ao mesmo tempo em que suas visões críticas da sociedade e suas concepções de mundo são cerceadas?

(...) A gente trabalha com a conscientização de terminar os estudos, porque se não terminar... O mundo já é tão difícil, se a gente não focar nos estudos, não focar em querer alguma coisa a mais... Eles não vão passar daquilo. Então a gente sempre tá contribuindo nesse termo de mostrar a eles que eles têm que estudar. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Ao mesmo tempo em que a sociedade os estigmatiza e os rejeita?

Às vezes eu sinto (preconceito nas escolas), quando já é um adolescente que dá trabalho, quando ele já era daquela escola e ele já deu trabalho, aí é complicado. Aí tem que ir lá, se não tiver outra escola perto, você tem que ir lá, falar aí todo mundo (diz) “ah porque já deu trabalho, não quer nada com a vida”. Já tem aquele olhar, mas quando é uma situação nova a gente vai lá e não diz que eles estão pagando, a gente não abre tipo uma morte que aconteceu, eles (escola) já têm um olhar diferente né, não vão querer. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Enquanto reconhece os adolescentes como sujeitos de direitos, o sistema socioeducativo torna-se responsável por possibilitar e promover oportunidades para que o comportamento desviante desses jovens seja corrigido os reinserindo assim de volta a sociedade. Nesse modelo o Estado cumpre o seu papel como promotor de políticas que combatam a criminalidade e a violência assim como promove a cidadania. O Estado garante a esse jovem uma “segunda chance” de se adequar as regras e normas da sociedade fazendo com que ele/a ultrapasse a fronteira do “mundo do crime” (MALVASI, 2011, p. 168). Se o adolescente não a ultrapassar, isso será considerado pelas políticas vigentes como uma fraqueza individual ou da família. Essa concepção lança luz para a falta de consistência das medidas socioeducativas e seu caráter subjogador, como aponta Yokomiso (2013):

Nota-se a inconsistência do trabalho socioeducativo pautado fundamentalmente no controle de condutas e na submissão dos jovens às imposições dos centros socioeducativos. Não há como discordar da necessidade das exigências e regras socioeducativas, que impõem limites à

supremacia do desejo. No entanto, quando as regras impossibilitam a palavra, o adolescente constata a recusa do pertencimento e a força como mantenedora da ordem. A necessidade do enquadre de trabalho e suas regras permite o trabalho socioeducativo, mas não a realiza por completo. (YOKOMISO, 2013, p. 194)

Na execução dessas políticas públicas pelo CREAS da cidade de Belo Jardim um dado parece resumir um dos aspectos dessa má execução de políticas públicas: o fato de não haver dados acerca da reincidência dos jovens atendidos. Ao ser perguntada sobre a taxa de reincidência a pedagoga responde:

Mais ou menos, eu sei lá, eu não sei nem responder essa pergunta porque muitas passam e outros voltam e assim vai. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

É preocupante o fato de os dados sobre a eficácia das medidas socioeducativas não existirem na instituição pois esses são fatores essenciais para a manutenção e aperfeiçoamento das políticas públicas, sem eles é impossível fazer uma análise crítica do trabalho realizado e melhorar a execução das medidas socioeducativas.

A deficiência de bancos de dados e sistemas de informações dificulta a identificação de grupos de risco, a criação de programas específicos de combate à violência, gerando evidentes repercussões nos sistemas políticos de amparo a esta população. (YOKOMISO, 2013, p. 30)

Nesse processo, é esperado que esses adolescentes passem a seguir um certo modelo de comportamento para que eles sejam reinseridos a sociedade onde o Estado brasileiro mantém o paradoxo de garantir uma democracia formal enquanto viola direitos civis e estigmatiza segmentos da juventude brasileira (MALVASI, 2011) e onde se ignora qual é o significado de habitar o mundo para esses jovens.

6.3 As práticas pedagógicas

A discussão das práticas pedagógicas utilizadas pelo CREAS de Belo Jardim - PE a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se constitui como a espinha dorsal desse trabalho que nasce a partir da inquietação por entender como instituições que trabalham com adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional pensam práticas pedagógicas objetivando a ressocialização desses jovens. Em situações como essas nos deparamos com o caráter transformador que a educação carrega dentro de si e da imensa responsabilidade que os pedagogos possuem ao se tornarem instrumentos para essa transformação.

A pedagogia pensada para ambientes não escolares necessita de um planejamento e uma aplicação específicas para atender as diversas situações e os diversos sujeitos daquele novo espaço, o educador que lida com adolescentes em situação de risco deve sempre estar consciente do seu papel enquanto agente educador que respeita as individualidades, os valores e as expectativas desses jovens (FREIRE, 1989). Isso significa identificar e reconhecer a subjetividade de cada pessoa atendida pela instituição buscando trabalhar os aspectos individuais que constituem cada ser humano objetivando a transformação pela educação. Enquanto estratégia pedagógica para atender os adolescentes que cometeram atos infracionais a pedagoga responsável nos apresenta:

A gente faz o cronograma e de acordo com o mês a gente tenta encaixar as temáticas, tipo... (...) cada mês ele tem uma cor aí tipo janeiro: branco. O que a gente pode trabalhar com janeiro branco que é no caso a Saúde mental. Então o que é que a gente vai trabalhar em janeiro? Toda a saúde mental desse adolescente voltada para o lado pedagógico. A gente faz dinâmica pra ver como tá a saúde mental deles, campanhas... (...) vamos nas casas das famílias ver como que tá essa saúde mental da família. Tem os conflitos familiares que também contribuem para a saúde mental. Então de acordo com o mês, a gente vai trabalhando uma dinâmica diferente. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

A estratégia pedagógica pensada para atender os jovens da instituição consiste em selecionar temas pensados por diversos órgãos sem conexões entre si que estabeleceram campanhas sobre a conscientização de assuntos diversos, no mês de Janeiro trabalha-se nos encontros obrigatórios a temática da saúde mental uma vez em que trata-se do mês da campanha “Janeiro Branco” que surgiu em 2014 por ideia de psicólogos de Uberlândia – MG com o objetivo de conscientizar e promover discussões acerca da Saúde Mental. Dessa forma, cada mês é pensado pela pedagoga para a promoção de assuntos específicos para serem trabalhados com os jovens e em alguns momentos suas famílias.

De fato a associação de cores aos meses do ano é uma importante ferramenta para trabalhar a conscientização das pessoas sobre a importância da prevenção de doenças e demais campanhas sobre temas relevantes, entretanto, ao engessar o seu plano pedagógico aos meses do ano, a pedagoga desconsidera o fato de que o tempo de cumprimento de medida socioeducativa tem como prazo recorrente seis meses (BRASIL, 2006 p. 61), assim, temáticas importantes não são trabalhadas com os adolescentes gerando uma carência de atendimento e trabalho que deveriam concretizar a ressocialização desses jovens. A qualidade das práticas socioeducativas contribui para o desenvolvimento pessoal dos

adolescentes, mas eles parecem necessitar de uma ajuda do acaso para evitar a reincidência. (MALVASI, 2011, 169)

Ao afirmarmos que as práticas pedagógicas tratam-se de práticas que são formalizadas para organizar e potencializar as intencionalidades de um projeto educativo consideramos a pedagogia uma prática social conduzida por um pensamento reflexivo sobre o que ocorre nas práticas educativas, bem como por um pensamento crítico do que pode ser a prática educativa (FRANCO, 2011).

A grande diferença é a perspectiva de ser crítica e não normativa; de ser práxis e não treinamento; de ser dialética e não linear. Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas realizam-se como sustentáculos à prática docente, num diálogo contínuo entre os sujeitos e suas circunstâncias, e não como armaduras à prática, que fariam com que esta perdesse sua capacidade de construção de sujeitos. No entanto, constata-se que essa epistemologia crítica da Pedagogia tem estado cada vez mais distante das práticas educativas contemporâneas. (FRANCO, 2011, p. 534)

Seguindo essa perspectiva, Franco (2011) fala de um esgotamento da racionalidade pedagógica onde a reflexão, o diálogo e a crítica parecem estar cada vez mais ausentes das práticas educativas contemporâneas que vêm sendo substituídas por pacotes instrucionais prontos, com a única finalidade de preparar crianças e jovens para as avaliações externas, a fim de saírem da escola aptos ao mercado de trabalho. Assim, a educação, ao se render à racionalidade econômica, não mais consegue dar conta de suas possibilidades de formação e humanização das pessoas.

Por isso, ao não pensar em uma prática pedagógica que traga em seu interior a atenção pela subjetividade de cada sujeito atendido, o trabalho pedagógico do CREAS se exime de pensar a pedagogia como práxis e conseqüentemente de pensar em uma pedagogia transformadora.

Tem também a prestação de serviço a comunidade, que muitos pegam também, aí eles têm que pagar ou no posto de saúde, ou no hospital ou numa escola. (...) Eles têm de fazer atividades pedagógicas, não pode ser trabalho, não pode limpar mato, não poder varrer essas coisas, eles têm que ajudar na organização de um prontuário, se for numa escola, uma biblioteca, ajudar fazer a merenda... porque ali eles estão aprendendo a fazer alguma coisa. Cortar uma verdura, fazer um alimento. Se tiver alguém, vamos organizar uma coisa no computador, um relatório. Só não pode mesmo ir pra limpar mato essas coisas porque o juiz não quer, tem que ser uma coisa educativa. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

As práticas pedagógicas aqui se apresentam como um ritual burocrático que deve ser cumprido para atender à determinação do juiz, o pedagogo nesse cenário contribui com a

visão normativa do Estado durante o cumprimento da medida socioeducativa, nela as medidas socioeducativas tem como por objetivo o ajuste pedagógico e psicológico do adolescente que fica em situação de total subordinação à pretensão repressiva do Estado e só terá a liberdade se passar por uma avaliação psicológica positiva. O princípio da medida é alcançar a modificação dos aspectos subjetivos do adolescente que é responsabilizado pelo o que ele é e não pelo o que ele fez, como consequência, a resposta do Estado não são políticas públicas articuladas, mas o tratamento dos “desviantes”, porque é neles que reside a semente da “delinquência” (MALVASI, 2011, p. 167).

A gente senta e eu converso com as meninas (funcionárias). A gente vai fazer esse grupo de religião pra ver se, as vezes tem um com alguma seita e, querendo ou não, eles soltam. Para que um grupo de religião? Para ver se tem alguma coisa a mais ali. Não é só para falar, porque a gente não vai falar em deus em si porque cada um tem sua religião, mas aí a gente vai falar focando pra ver se aparece alguma situação nova. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Se partirmos do ponto de que a educação é fonte primordial para a transformações dos sujeitos (FREIRE. 1989 p.14), ao utilizar os momentos do planejamento pedagógico para buscar por novas infrações, a pedagoga destorce o seu próprio papel dentro dessa dinâmica ao cumprir funções que não cabem a sua jurisdição.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV – apresentar relatório do caso. (BRASIL, 2006, p. 61)

Entretanto, a dinâmica estabelecida pelo sistema das medidas socioeducativas vigente parece delegar a função de vigilante dos adolescentes para a pedagoga do CREAS:

(...) a gente faz relatórios diferente da escola né porque na escola são atividades, é sala de aula, eu não aqui. A gente trabalha em cima de relatórios informando o juiz como é que tá. Então esse aqui (adolescente) ele não quer estudar, então eu já fiz um relatório, já tá aqui e geralmente quando acontece isso o juiz ele pode mandar para uma FUNASE, por que eles (juízes) querem que o menino esteja no mínimo estudando. (Pedagoga do CREAS Belo Jardim)

Para acolher os jovens em cumprimento de LA em sua totalidade o pedagogo precisa estar livre de preconceitos e tabus impostos pela sociedade classista. Freire (1989) em seu trabalho sobre os educadores que trabalham com crianças e adolescentes em situação de

risco e vulnerabilidade fala sobre o modo de se portar desse educador que deve se colocar como agente que respeita a individualidade desses jovens tendo cautela para não invadir o mundo do menor caso ele não queira ser abordado.

Ultrapassar o espaço vital desse adolescente sem que ele permita é um ato de violência, o processo de abertura desses jovens é vivido no conflito, cheio de contradições onde os valores do educador são quebrados gerando uma nova postura do educador (FREIRE, 1989). Assim, o pedagogo que atua com Liberdade Assistida inicia um processo de reflexão acerca de sua prática e dos seus princípios de educar, mas para isso é necessário ouvir o adolescente, ouvir seus sentimentos, seu olhar, seus gestos, seu semblante, suas emoções, desnudos de qualquer tipo de preconceito ou julgamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo responder sobre as principais práticas pedagógicas utilizadas pelo CREAS de Belo Jardim – PE ao trabalhar com adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida visando a ressocialização dos jovens atendidos. Concluímos então que as práticas pedagógicas utilizadas pelo CREAS se referem a realização de grupos semanais em forma de roda de diálogo onde são discutidos temas inspirados em campanhas públicas sobre assuntos diversos, esses diálogos nem sempre são coordenados pela pedagoga podendo ser conduzidos pela psicóloga ou assistente social da instituição. Caso haja necessidade, a pedagoga pode separar um desses dias de grupo para fazer um reforço escolar caso seja identificado algum mau desempenho na escola.

A pedagoga nesse cenário, para além do planejamento dos temas e cronogramas desses grupos, também é responsável por regularizar a situação desses adolescentes nas escolas, formalizando as suas matrículas em caso de abandono escolar. Todas essas ações devem ser registradas em relatórios que serão enviados para os juízes e promotores que podem encerrar ou aumentar a pena conforme os resultados informados.

Percebemos com esse estudo que quando os programas de atendimento socioeducativo não se atentam aos conflitos sociais que os adolescentes trazem consigo eles continuam a fazer uma leitura normativa e superficial para explicar o ato infracional, assim, a captura do que está além do indivíduo se torna uma tarefa quase impossível. Ao não considerar as diversas situações cotidianas que os jovens experimentam, principalmente os pobres, o trabalho do pedagogo nesse cenário revela fraquezas institucionais e ambivalências da sociedade brasileira.

O fato de o planejamento pedagógico ser constituído como um calendário anual acaba desconsiderando o fato de que em sua grande maioria a medida de socioeducativa de LA dura o prazo de seis meses, assim, discussões importantes não atingem os adolescentes que saem antes do final do calendário de planejamento. Essas questões mostram a falta de um planejamento que considere a individualidade de cada jovem, problema recorrente com as instituições que trabalham com objetivo de ressocializar aqueles que cometeram atos infracionais. Um centro socioeducativo deve estar aberto às diferenças representando o espaço da criatividade, do respeito e da reinvenção da subjetividade.

Além disso, a qualidade das práticas pedagógicas contribui para o desenvolvimento pessoal dos adolescentes, mas o fato de a instituição não possuir dados sobre o número de reincidência torna impossível avaliar se essas práticas realizadas ali de fato possuem significado para a ressocialização dos jovens atendidos. Assim, não é possível melhorar ou mudar aspectos pedagógicos quando não se é possível analisar os dados que comprovam ou não a ressocialização o que vem por tornar as políticas públicas de medidas socioeducativas frágeis e inconsistentes dificultando a identificação de grupos de risco e o amparo a esta população.

E sabemos que é preciso estar em constante vigilância quando se trata da luta pelos direitos das crianças e adolescentes e mantimento das políticas públicas que as promovem. O problema da violência é uma questão real e urgente em nossa sociedade, mas para resolvê-lo é preciso acima de tudo racionalidade, inteligência e ações concretas. Não podemos cair na falácia de soluções simples como a redução da maioria penal defendida por um setor da nossa sociedade. É preciso um sistema estruturado para satisfazer as condições de uma pedagogia crítica e transformadora, mas para isso há ainda muito trabalho a se fazer.

REFERÊNCIAS

- BRASIL., **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988
- BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**, 2021.
- BRASIL. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- BRASIL., **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE**. 2006
- CAMARGO, João Batista Monteiro; DA SILVA PRESTES, Fabiane; IJUÍ, R. S. **Adolescente em Conflito com a Lei: Educomunicação como Perspectiva de Cidadania**. Trabalho apresentado no GT 1 Comunicações Científicas: Educomunicação, cidadania e Direitos Humanos, do II Encontro de Educomunicação da Região Sul. Ijuí/RS, 27 e 28 de junho de 2013.
- DA SILVA, Carmem Andrea. **Trajetórias de jovens em conflito com a lei em cumprimentos das medidas socioeducativas, em Belo Horizonte**. 2003.
- DO NASCIMENTO, Cláudia Terra; BRANCHER, Vantoir Roberto; DE OLIVEIRA, Valeska Fortes. **A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas**. Revista Contexto & Educação, v. 23, n. 79, p. 47-63, 2008.
- DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, 2013;
- SPOSATO, Karyna Batista. **O direito penal juvenil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.
- FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 97, p. 534-551, 2016.
- FREIRE, Paulo. **À Sombra desta Mangueira** - Ed. Olho d'água , São Paulo, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educadores de rua, uma abordagem crítica** – alternativas de atendimento aos meninos de rua, Unicef, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social** - 1ª ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. Volume I – Dissertação de Doutorado**. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.

LEVIN, Esteban. **A infância em cena – constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

MALVASI, Paulo Artur. **Entre a frieza, o cálculo e a "vida loka": violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa**. Saúde e sociedade, v. 20, p. 156-170, 2011.

MENESES, Elcio Resmini. **O ministério público e as medidas socioeducativas: uma reflexão jurídico-pedagógica** / Elcio Resmini Meneses. - Porto Alegre, 2006.

MINAHIM, Maria Auxiliadora. **ECA: Apuração do Ato Infracional Atribuído a Adolescentes**. Série Pensando o Direito nº 26. Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL). Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Raimundo Luiz Queiroga de et al. **O menor infrator e a eficácia das medidas sócioeducativas**. 2003.

PRESADO, Maria Helena; BAIXINHO, Cristina Lavareda; OLIVEIRA, Ellen Synthia Fernandes de. **Investigação qualitativa em tempos de pandemia**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 74, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do "Skylab"**. In: Revista Crítica, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de garantias e o direito penal juvenil**. 2ª Ed. Rev. e Atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015

SILVA, Ana Paula Ferreira da; FREITAS, Marcos Cezar de. **Escolarização, trabalho e sociabilidade em “situação de risco”: apontamentos para uma antropologia da infância e da juventude sob severa pobreza**. In: **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude** / Marcos Cezar de Freitas (org.). - São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Roberto da. **Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social, volume 2** / Roberto da Silva (orgs.) ... et. al. - 1ª ed. - São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011.

VALA, Jorge. **A análise de conteúdo**. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO (orgs), José Madureira. **Metodologia das Ciências Sociais**. 11ª edição. p:101-128. Porto: Afrontamento, 2001.

VIEIRA, Ricardo Alexandre Guerra. **Violência em adolescentes: uma realidade marcada por determinações socioculturais, econômicas e familiares** / Ricardo Alexandre Guerra Vieira, Arnaldo de França Caldas Júnior, Gisela Richa de Siqueira. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

YOKOMISO, Celso Takashi. **Família, Comunidade e Medidas Socioeducativas: os espaços psíquicos compartilhados e a transformação da violência**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2013.